

Município da Ribeira Grande

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2016

Introdução

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2016, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a compromissos

Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção das garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 6 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2016 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	63.764.332	3.329.486	498.153	67.591.971
Bens do património histórico, artístico e cultural	32.985	0	0	32.985
Outros bens de domínio público	1.470.143	183.305	352.420	2.005.867
Imobilizações em curso	725.439	1.305.402	-432.935	1.597.907
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	15.854	57.600	-61.454	12.000
	66.008.754	4.875.793	356.183	71.240.730
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	940.224	0	-18.339	921.885
Propriedade industrial e outros direitos	715.060	159.687	18.339	893.086
Outras imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0
	1.655.283	159.687	0	1.814.971
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	2.662.612	104.368	-201.188	2.565.792
Edifícios e outras construções	85.838.522	1.292.942	1.002.448	88.133.911
Equipamento básico	1.120.125	92.157	1.028	1.213.310
Equipamento de transporte	1.636.306	68.718	-61.654	1.643.370
Ferramentas e utensílios	165.404	13.878	-1.245	178.037
Equipamento administrativo	2.982.119	204.036	-43.306	3.142.849
Outras imobilizações corpóreas	417.600	5.627	-7.882	415.344
Imobilizações em curso	444.594	216.662	-104.476	556.780
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	12.000	7.207	-19.207	0
	95.279.281	2.005.594	564.518	97.849.393
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0	0	0	0
Obrigações e Títulos de Participação	849.276	0	0	849.276
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
	849.276	0	0	849.276
Total	163.792.595	7.041.074	920.701	171.754.370

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	3.750.016	471.600	0	4.221.616
Bens do património histórico, artístico e cultural	3.715	16	0	3.731
Outros bens de domínio público	692	101	24	769
	3.754.423	471.716	24	4.226.115
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	258.538	18.924	16.531	293.993
Propriedade industrial e outros direitos	213.816	39.983	-16.531	237.267
	472.354	58.907	0	531.260
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	0	0	59
Edifícios e outras construções	12.632.223	1.677.444	48	14.309.618
Equipamento básico	975.502	54.145	-1.482	1.031.128
Equipamento de transporte	1.133.420	97.090	50.001	1.180.508
Ferramentas e utensílios	114.849	17.296	1.434	130.711
Equipamento administrativo	2.584.892	162.131	43.229	2.703.794
Outras imobilizações corpóreas	257.357	44.667	7.195	294.830
	17.698.301	2.052.773	100.426	19.650.648
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	21.925.077	2.583.396	100.450	24.408.024

Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Activo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	403.204	91.502	8.006	486.700
Total	403.204	91.502	8.006	486.700

Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	680.933
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	372.121
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	91.774
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	890.012
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	318.936
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	258.005
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	872.770
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	32.890
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	103.719
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	990.599
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	221.613
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	73.862
		CGD	1.500.000	20-07-2035	1.500.000
		CGD	920.200	15-07-2036	920.200
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	621.321
	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.222.466

Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.875.580 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As entidades participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de

coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 149.389 Euros em 2016.

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2016	2015
681 Juros suportados		102.613	109.682
682 Perdas em entidades participadas		0	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		24.775	22.914
Resultados financeiros		126.931	131.152
		254.320	263.748

	Proveitos e ganhos	2016	2015
781 Juros obtidos		6.045	28.215
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		248.275	235.533
784 Rendimentos de participações de capital		0	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		254.320	263.748

Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	1.169.036	793.083
692	Dívidas incobráveis	7.740	0
693	Perdas em existências	553	7.632
694	Perdas em imobilizações	13.324	10.107
695	Multas e penalidades	81.250	0
696	Aumentos de amortizações	0	0
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	314.241	249.694
698	Outros custos e perdas extraordinárias	89.306	82.314
	Resultados extraordinários	666.051	844.324
		2.341.500	1.987.156

	Proveitos e ganhos	2016	2015
791	Restituição de impostos	28.952	0
792	Recuperação de dívidas	0	652
793	Ganhos em existências	1.122	1.129
794	Ganhos em imobilizações	55.471	22.789
795	Benefícios de penalidades contratuais	113.036	33.751
796	Reduções de amortizações e provisões	8.006	34
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	112.915	3.568
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.021.999	1.925.233
		2.341.500	1.987.156

Nota 15 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Riscos e Encargos	34.853	0	0	34.853
TOTAL	34.853	0	0	34.853

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

			Obrigações / Pagamentos				
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	45.697	577.275		180.706	442.265
A PONTE NORTE	MRG	Prestações de Serviços	0	92.784		66.226	26.559
		Total	45.697	670.059	0	246.932	468.824

			Direitos / Recebimentos				
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-45.697	-577.275		-180.706	-442.265
MRG	A PONTE NORTE	Prestações de Serviços	0	-92.784		-66.226	-26.559
		Total	-98.904	-670.059	0	-246.932	-468.824

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo			
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	9.625.995	0	9.625.995
Total	9.625.995	0	9.625.995